

Educação: onde o erro começa

PROFESSORES e especialistas em Educação, reunidos pelo GLOBO em mesa-redonda (o debate está publicado nesta edição), coincidiram nas respostas à questão fundamental: o que está errado na Educação nacional? Ou: quais os descaminhos de nossa Educação?

TODOS situaram a origem do mal na própria agência de Educação formal, a escola. E, mais precisamente, no professor. O magistério é hoje uma profissão socialmente descaracterizada, em termos de qualificação, de remuneração e de carreira. E o professor tornou-se produto de uma seleção negativa: só vai fazer Educação aquele que não teve chance melhor, nos diversos níveis.

EM nível de Primeiro e Segundo Graus, o ensino está entregue a professores formados em faculdades particulares de baixa qualificação técnica. Quando não a professores sem outra qualificação que a própria formação de Primeiro Grau — e ministrada em cursos supletivos. Em consequência, a permanência na escola, sobretudo da criança de Primeiro Grau, é o dobro do fluxo normal: dois anos para a aprovação em cada série. Temos um ensino de Primeiro Grau caríssimo, em função, quase exclusivamente, dessa incorreta aplicação dos poucos recursos de que dispomos.

E SE a essa deficiência básica se somam, como é o caso, a indefinição pedagógica do Segundo Grau — atualmente apenas uma transição para o ensino superior, que por sua vez não merece em geral tal qualificativo — e a precariedade do instrumental, especialmente dos textos didáticos, temos fechado o círculo vicioso da escola-farsa. Farsa por duas razões: porque nada acrescenta à interação do aluno com seu meio ambiente social; e porque encobre, por trás de iniciativas meteóricas — colégios-modelo, vocacionais ou de aplicação, Cieps —, nossa miséria em matéria de política educacional.

TAL miséria, contudo, não se limita aos graus inferiores de ensino. A Universidade também esconde uma heterogeneidade gritante, que sequer se presta à constituição de um sistema de ensino superior diversificado tecnicamente, regionalizado e pautado pela demanda do mercado de trabalho. O diploma de uma universidade de vanguarda tem o mesmo peso legal, numa prova de títulos ou na busca de emprego, que o conferido por uma universidade de meio expediente — uma escola pela metade, quer se trate da dedicação dos docentes, quer se trate do empenho dos alunos. E tal universidade existe. Existe e é sustentada pelo Estado.

ASSIM, o prestígio natural da instituição não resiste a um isento exame da realidade. O tempo integral dos docentes é, às vezes, verdadeira falácia. Falta o produto do tempo integral, que seria a atualização, a pesquisa. E o processo didático, na Universidade, fica na reprodução degradada de um saber de segunda mão. Quanto ao desperdício, basta observar que a relação professor/aluno é muito mais baixa do que quanto se tem divulgado: é, em média, de seis alunos por professor, na Universidade brasileira; e de apenas quatro, nas Universidades federais.

QUAL será a saída, nesse quadro nada auspicioso? A saída ideal seria a pressão da cidadania sobre a escola, especialmente a escola pública, como serviço prestado pelo Estado. Mas, sendo a própria escola empecilho à formação da cidadania, como encontrar grupos organizados e suficientemente fortes para enfrentar um certo corporativismo enquistado na escola, ou a cartelização dos Conselhos de Educação pelos representantes do sistema particular de ensino?

A SAÍDA fica numa magra esperança: de que desponte, afinal, a determinação política de cuja ausência a Educação nacional se ressente; e de podermos assistir ao quase milagre de uma boa administração educativa continuada.